



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

CAMBUCI S.A. - CNPJ 61.088.894/0001-08 - COMPANHIA ABERTA

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º TRIMESTRE DE 2022

São Paulo, 1 de março de 2023 - A CAMBUCI S.A. (BM&FBOVESPA: CAMB3), divulga hoje os resultados do 4º trimestre de 2022. As informações financeiras são apresentadas de forma consolidada e foram preparadas de acordo com as normas do IFRS - *International Financial Reporting Standards* e as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), aplicáveis à Companhia.

B3: CAMB3

Cotação de fechamento

R\$ 6,50 por ação - (em 29/12/2022)

Valor de mercado

R\$ 274,8 milhões - (em 29/12/2022)

Contato RI

Roberto Estefano - Diretor de RI

ri@cambuci.com.br

ri.cambuci.com.br

+55 11 4713-9500

DESTAQUES DO TRIMESTRE

- **Recorde de Receita Líquida no 4T22 com R\$ 127,0 milhões vs. R\$ 90,8 milhões no 4T21.** Aumento de 39,9% no 4T22 vs. 4T21. No ano, o crescimento foi de 83,4% (R\$ 440,4MM em 2022 vs. R\$ 240,1MM em 2021).
- **Margem Bruta de 46,2% no trimestre**, +0,5 p.p. vs. 4T21. Em 2022, a margem alcançou 45,0%, -1,9 p.p vs. 2021.
- **EBITDA de R\$ 24,7 milhões no trimestre** vs R\$ 16,9 milhões no 4T21, **com margem de 19,4%**, +0,8 p.p vs. 4T21. **No ano, foram R\$ 99,4 milhões (+ 129,6% vs. 2021), com margem EBITDA de 22,6%**, +4,6 p.p. vs. 2021.
- **Lucro Líquido de R\$ 12,8 milhões no trimestre vs. R\$ 18,9 milhões no 4T21.** Margem de 10,1% no 4T22 vs. 20,8% no 4T21. **No ano, atingimos R\$ 56,7 milhões vs. R\$ 27,6 milhões, aumento de 105,4% em relação a 2021.** A margem líquida foi de 12,9% em 2022 vs. 11,5% em 2021.
- **Índice de dívida líquida/EBITDA - LTM de 0,99x vs 2,13x** no final de 2021.
- **Índice de liquidez corrente de 1,70 vs 1,08** no final de 2021 e 1,42 no 3T22.
- **Caixa líquido das atividades operacionais de R\$ 42,7 milhões em 2022.**
- **Pagamento de R\$ 8,1 milhões de juros sobre capital próprio (JCP) em 2022.**

Indicadores de Resultados R\$ Milhões	4T22	4T21	4T22 vs 4T21	12M22	12M21	12M22 vs 12M21
Receita Líquida	127,0	90,8	39,9%	440,4	240,1	83,4%
Lucro Bruto	58,6	41,5	41,2%	198,1	112,6	75,9%
Margem Bruta	46,2%	45,7%	1,1%	45,0%	46,9%	-4,1%
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(34,5)	(21,5)	60,5%	(104,7)	(67,1)	56,0%
EBITDA	24,7	16,9	46,2%	99,4	43,3	129,6%
Margem EBITDA	19,4%	18,6%	4,3%	22,6%	18,0%	25,6%
Lucro Líquido	12,8	18,9	-32,3%	56,7	27,6	105,4%
Margem Lucro Líquido	10,1%	20,8%	-51,4%	12,9%	11,5%	12,2%
Nº de Ações em Circulação (milhões)	41,969	42,275		41,969	42,275	
Lucro por Ação (R\$ / ação)	0,3050	0,4471		1,3510	0,6529	

1. COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

No quarto trimestre de 2022, a Companhia consolidou seus resultados recordes e entregou o melhor resultado anual da sua história. A receita líquida avançou 39,9% no 4T22 vs. o 4T21, foram R\$ 127,0 milhões no 4T22 vs. R\$ 90,8 milhões no 4T21. No ano, a receita líquida avançou de forma ainda mais expressiva, com crescimento de 83,4% frente a 2021, foram reportados R\$ 440,4 milhões em 2022 vs. R\$ 240,1 milhões em 2021.

O lucro bruto do 4T22 alcançou R\$ 58,6 milhões vs. R\$ 41,5 milhões no 4T21 (Margem de 46,2% no 4T22 vs. 45,7% no 4T21). No ano, o lucro bruto foi de R\$ 198,1 milhões vs. R\$ 112,6 milhões em 2021 (Margem de 45,0% em 2022 vs. 46,9% em 2021). O EBITDA atingiu R\$ 24,7 milhões no 4T22 vs. R\$ 16,9 milhões no 4T21 (Margem de 19,4% no 4T22 vs. 18,6% no 4T21). No ano, o EBITDA alcançou R\$ 99,4 milhões vs. R\$ 43,3 milhões em 2021, um incremento de 129,6% no resultado operacional (Margem de 22,6% em 2022 vs. 18,0% em 2021).

O lucro líquido do 4T22 alcançou R\$ 12,8 milhões vs. R\$ 18,9 milhões no 4T21. No ano, o lucro líquido atingiu R\$ 56,7 milhões vs. R\$ 27,6 em 2021, avanço de 105,4%. A margem líquida foi de 10,1% no 4T22 (20,8% no 4T21) e de 12,9% em 2022 (11,5% em 2021). Em 2022, a Companhia auferiu resultados excepcionais em todos os indicadores mais importantes. O compromisso da administração com uma gestão focada em crescimento, eficiência e rentabilidade traduziu-se em solidez e geração de valor. O lucro por ação em 2022 mais que dobrou. Mesmo em um contexto de inflação e taxas de juros elevadas, exercendo pressão sobre o poder de compra dos consumidores, as vantagens competitivas da Companhia se mostraram uma fortaleza, oferecendo aos clientes um portfólio completo de produtos que embarca tecnologia, qualidade, design e lucratividade em conjunto com uma velocidade de atendimento sem paralelo no mercado.

A estratégia de concentrar esforços no atendimento aos nossos mais de 9 mil clientes varejistas não poderia ter sido mais acertada. Enquanto muitos players voltaram suas atenções e empenho aos canais digitais, a Companhia privilegiou e expandiu sua base de clientes varejistas, oferecendo produtos que entregam, simultaneamente, alta lucratividade para o cliente e para a Companhia. Não obstante, esses milhares de clientes oferecem os produtos aos seus consumidores finais por um grande número de canais, entre eles, os canais digitais nas mais diversas plataformas.

Maior, mais sólida e mais rentável. A Companhia obteve êxito na complexa tarefa de crescer fortemente sem abrir mão do seu compromisso com a saúde financeira. A relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,99x em 2022, frente a 2,13x em 2021. A liquidez corrente também atingiu a inédita razão de 1,70 em 2022, o que reflete o forte trabalho de alongamento do perfil da dívida. A dívida líquida, por sua vez, avançou 7,4% em 2022 vs. 2021, frente a um crescimento da receita líquida de 83,4% no mesmo período. A geração operacional de caixa atingiu R\$ 42,7 milhões em 2022. A Companhia acrescenta que não opera com a modalidade de crédito conhecida como risco sacado e que seus 10 maiores clientes respondem por menos de 15% do total do faturamento.

Time que joga junto, vence junto. No 4T22, a Companhia premiou 100% dos seus colaboradores, no montante total de R\$ 5,5 milhões, valorizando ainda mais as pessoas envolvidas na geração do excelente resultado do ano. Em 2022 a Companhia distribuiu juros sobre capital próprio (JCP) em base trimestral, somando R\$ 8,1 milhões no ano.

O cenário internacional ainda impõe diversos desafios aos concorrentes da Companhia. A China continua mantendo um dos mais rigorosos protocolos do mundo no combate à Covid-19 com impactos diretos na cadeia de suprimentos internacional. O dólar, em patamares elevados, onera de forma substancial as empresas com elevada dependência de importações, e as taxas de juros internacionais tem subido, trazendo receio de desaceleração no apetite de clientes do exterior. Nesse contexto, a Companhia tem a seu favor o fato de produzir localmente, com baixa necessidade de insumos importados e com uma base de clientes local bastante robusta. Além disso, torna-se uma alternativa altamente viável de fornecimento para clientes do exterior que desejam reduzir sua elevada dependência asiática.

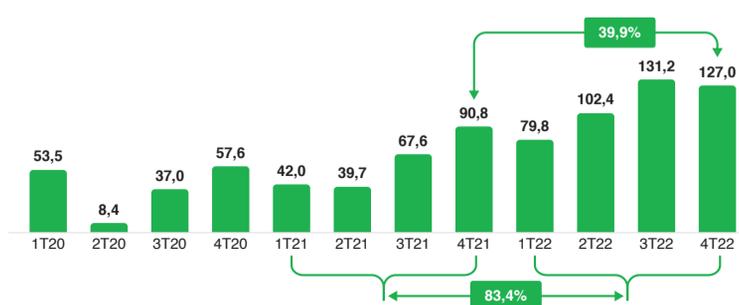
Superação foi a palavra de ordem em 2022. No 2T22 a Companhia se comprometeu com um crescimento de 60% em receita líquida, mais a frente, no 3T22 a projeção foi revista para 80% e no 4T22 consolidou-se um crescimento anual de 83,4%, com EBITDA e Lucro Líquido crescendo acima de 100% no ano.

As sementes para a continuidade dá trajetória de crescimento sustentável em 2023 já foram plantadas. A Companhia está estruturada para um crescimento adicional de 10% em 2023, sendo possível responder rapidamente a um crescimento ainda mais elevado, ajustando apenas o número de pessoas no processo produtivo, sem a necessidade de investimentos relevantes em Capex.

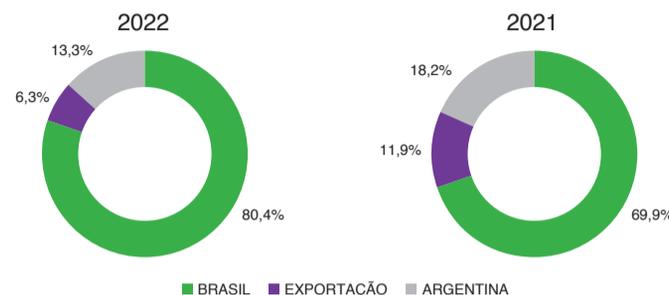
Há razões para acreditar que o novo governo deve adotar políticas que estimulem o consumo das classes sociais compreendidas entre o meio e a base da pirâmide, onde a Companhia tem uma gama completa de produtos. A administração estima uma geração de caixa de cerca de R\$ 60 milhões em 2023, recursos esses que poderão ser aplicados entre investimentos, amortização de compromissos financeiros e distribuição de resultados.

2. RECEITA OPERACIONAL

Receita Líquida por Período (R\$ milhões)



Composição do Faturamento



3. DESEMPENHO FINANCEIRO

3.1 Lucro Bruto

Lucro Bruto R\$ Milhões	4T22	4T21	4T22 vs 4T21	12M22	12M21	12M22 vs 12M21
Receita Líquida	127,0	90,8	39,9%	440,4	240,1	83,4%
Custo dos Produtos Vendidos	(68,4)	(49,3)	38,6%	(242,3)	(127,5)	90,0%
Lucro Bruto	58,6	41,5	41,2%	198,1	112,6	75,9%
% da receita líquida	46,2%	45,7%	1,1%	45,0%	46,9%	-4,1%

O lucro bruto do 4T22 atingiu R\$ 58,6 milhões (R\$ 41,5 milhões no 4T21), no ano, o valor alcançou R\$ 198,1 milhões (R\$ 112,6 milhões em 2021). Os incrementos no trimestre e no ano foram respectivamente de 41,2% e 75,9%. A Companhia tem trabalhado incansavelmente na busca por margens elevadas através de um rigoroso controle de custos, ajustes periódicos de preços e melhoria de eficiência em seu processo produtivo.

3.2 Despesas com Vendas, G&A e Outras Receitas (Despesas)

a) Despesas com Vendas

Despesas com Vendas R\$ Milhões	4T22	4T21	4T22 vs 4T21	12M22	12M21	12M22 vs 12M21
Despesas com Vendas	(21,0)	(12,8)	64,1%	(67,1)	(40,1)	67,3%
% da receita líquida	-16,5%	-14,1%	17,0%	-15,2%	-16,7%	-9,0%

Ainda que a receita líquida tenha avançado 39,9% no 4T22 vs. o 4T21 e 83,4% em 2022 vs. 2021 as despesas com vendas se mantiveram em patamares considerados adequados para a administração. A manutenção do percentual sobre a receita líquida de 2022 abaixo do observado em 2021 evidencia os esforços da Companhia na gestão não apenas de despesas fixas, mas também variáveis.

b) Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas R\$ Milhões	4T22	4T21	4T22 vs 4T21	12M22	12M21	12M22 vs 12M21
Despesas Gerais e Administrativas	(13,5)	(8,7)	55,2%	(37,6)	(27,0)	39,3%
% da receita líquida	-10,6%	-9,6%	10,4%	-8,5%	-11,2%	-24,1%

A administração tem compromisso permanente com o controle de despesas e com isso, consegue extrair resultados significativos de sua alavancagem operacional. Mesmo com os R\$ 5,5 milhões de premiação para os 100% de colaboradores da Companhia, o percentual de despesas gerais e administrativa registrou sobre receita líquida em 2022 foi inferior ao observado em 2021.

3.3 Resultado Financeiro

Resultado Financeiro R\$ Milhões	4T22	4T21	4T22 vs 4T21	12M22	12M21	12M22 vs 12M21
Receitas Financeiras	1,1	3,9	-71,8%	7,7	10,9	-29,4%
Juros e atualização monetária	0,6	0,9	-33,3%	3,1	2,3	34,8%
Atualização Fundap a receber	0,5	3,0	-83,3%	4,6	5,9	-22,0%
Outras receitas	-	-	-	-	2,7	-100,0%
Despesas Financeiras	(13,7)	(9,5)	44,2%	(36,3)	(25,2)	44,0%
Juros s/empréstimos e financiamentos	(4,7)	(2,8)	67,9%	(18,6)	(12,0)	55,0%
Juros sobre fornecedores e impostos	(1,6)	(3,2)	-50,0%	(7,5)	(6,7)	11,9%
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	(6,5)	(1,7)	282,4%	(6,5)	(1,7)	282,4%
Outras despesas	(0,9)	(1,8)	-50,0%	(3,7)	(4,8)	-22,9%
Variação cambial líquida	(0,7)	(0,2)	250,0%	(0,8)	(0,5)	60,0%
Resultado Financeiro Líquido	(13,3)	(5,8)	129,3%	(29,4)	(14,8)	98,6%

O forte avanço do resultado financeiro líquido está relacionado principalmente a um elemento que não está sob controle da Companhia, a atualização monetária (CPC 42/IAS 29) das demonstrações financeiras de empresas em países de economia hiperinflacionária, caso da nossa controlada Penalty Argentina S.A.. Em 2022 a Argentina registrou inflação acumulada de 94,8%, sem esse efeito, a despesa financeira do 4T22 é ainda menor do que a registrada no 4T21. Em 2022, excluído o efeito da atualização, a despesa apresentou um aumento de 18%, não obstante um crescimento recorde da atividade operacional. Cabe ainda ressaltar que a taxa Selic saiu de 9,25% no final de 2021 para 13,75% no final de 2022, lançando um ônus mais elevado sobre nossos compromissos financeiros.

3.4 Resultado Líquido

Resultado Líquido R\$ Milhões	4T22	4T21	4T22 vs 4T21	12M22	12M21	12M22 vs 12M21
Lucro Líquido	12,8	18,9	-32,3%	56,7	27,6	105,4%

No 4T22 o lucro líquido foi impactado principalmente pela atualização monetária da Penalty Argentina S.A., R\$ 6,5 milhões, e o pagamento das premiações no valor de R\$ 5,5 milhões, ambos reconhecidos no último mês de 2022. Mesmo com esse impacto mais forte no último trimestre, o lucro líquido de 2022 foi 105,4% superior ao número registrado em 2021. Esse expressivo crescimento é consequência de margem bruta elevada, austeridade na gestão de despesas fixas e esforços contínuos para redução do custo financeiro.

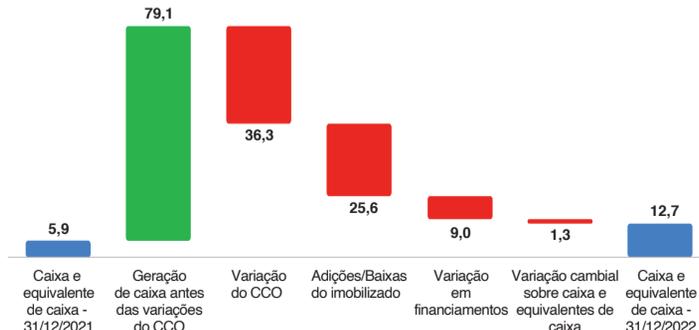
3.5 EBITDA

Ebitda R\$ Milhões	4T22	4T21	4T22 vs 4T21	12M22	12M21	12M22 vs 12M21
Lucro líquido	12,8	18,9	-32,3%	56,7	27,6	105,4%
(+) Depreciações e amortizações	3,1	2,0	55,0%	10,3	7,2	43,1%
(+/-) Resultado financeiro	13,3	5,8	129,3%	29,4	14,8	98,6%
(+/-) Atribuível aos acionistas não controladores	(0,0)	(0,1)	-99,0%	(0,1)	(0,1)	-
(+/-) IR / CSLL	(4,5)	(9,7)	-53,6%	3,1	(6,2)	-150,0%
EBITDA	24,7	16,9	46,2%	99,4	43,3	129,6%
Margem EBITDA	19,4%	18,6%	4,3%	22,6%	18,0%	25,6%

No 4T22, a margem EBITDA foi de 19,4%, com um resultado nominal de R\$ 24,7 milhões, 46,2% superior ao mesmo período de 2021. Em 2022, o EBITDA alcançou R\$ 99,4 milhões, 129,6% superior ao registrado em 2021, com margem de 22,6%. O faturamento em patamares recordes, as margens brutas elevadas e o rigoroso controle de despesas permitiram uma forte geração de EBITDA tanto no trimestre quanto no ano.

3.6 Fluxo de Caixa

Em 2022 alcançamos uma forte geração de caixa, investimos R\$ 25,6 milhões na expansão da capacidade industrial e pagamos R\$ 8,1 milhões em juros sobre capital próprio (JCP).



continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuação **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 4º TRIMESTRE DE 2022**

3.7 Dívida Líquida

Dívida líquida R\$ Milhões	31/12/2022	31/12/2021	Variação
(-) Empréstimos, financiamentos e Debêntures	111,6	98,0	13,9%
Curto Prazo	39,8	62,5	-36,3%
Longo Prazo	71,8	35,5	102,3%
(+) Caixa e equivalentes de caixa	12,7	5,9	115,3%
Curto Prazo	12,7	5,9	115,3%
Caixa (Dívida) Líquido(a)	(99,0)	(92,1)	7,4%
Dívida Líquida/EBITDA (LTM)	0,99	2,13	-53,5%

A Companhia destaca o alongamento do perfil da dívida e a redução na relação Dívida Líquida/EBITDA que atingiu 0,99x. Mesmo com um exponencial crescimento da atividade operacional no período, a dívida líquida avançou apenas 7,4%.

3.8 Estoques

Estoques R\$ Milhões	31/12/2022	31/12/2021	Variação
Estoques	53,3	29,5	80,7%

A administração considera a evolução dos estoques em linha com o forte avanço da atividade operacional. De 2021 para 2022 o avanço da receita líquida foi de 83,4%, acompanhando esse crescimento, a linha de custo do produto vendido passou de R\$ 127,5 milhões para R\$ 242,3 milhões. Esse número demonstra que o prazo médio de estocagem passou de uma média de 84 dias em 2021 para 61 dias em 2022, evidenciando os esforços da Companhia em promover um maior giro dos seus ativos, o que se reflete em seu elevado retorno sobre o patrimônio líquido. Nos últimos meses de 2022, tanto a Companhia quanto o mercado, experimentaram um aumento no fluxo de produtos acabados e matérias-primas que estavam represados nos fornecedores asiáticos, portanto, a administração espera que esses saldos sejam gradativamente reduzidos.

4. BALANÇO PATRIMONIAL - CONSOLIDADO IFRS

Balanço Patrimonial - Consolidado IFRS R\$ Milhões	31/12/2022	31/12/2021
Ativo Total	386,5	318,7
Ativo Circulante	182,9	132,1
Caixa e equivalentes de caixa	12,7	5,9
Contas a receber	94,1	72,7
Estoques	53,3	29,5
Tributos a recuperar	11,8	11,6
Despesas pagas antecipadamente	3,1	1,4
Demais contas a receber	7,9	11,0
Ativo Não Circulante	203,6	186,6
Contas a receber	2,8	3,3
Depósitos judiciais	4,4	3,6
Tributos a recuperar	37,9	46,4
Despesas pagas antecipadamente	0,2	0,2
Demais contas a receber	45,7	41,2
Propriedade para investimento	67,2	60,9
Outros investimentos	0,4	0,5
Imobilizado	42,8	27,7
Intangível	2,2	2,8
Passivo Total	386,5	318,7
Passivo Circulante	107,7	122,5
Fornecedores	24,1	22,1
Empréstimos e financiamentos	28,6	62,5
Debêntures	11,2	-
Obrigações sociais e trabalhistas	14,8	9,6
Obrigações fiscais	14,2	13,4
Demais contas a pagar	14,8	14,9
Passivo Não Circulante	107,6	71,3
Empréstimos e financiamentos	30,6	35,5
Debêntures	41,2	-
Obrigações fiscais	23,4	24,7
Provisão para contingências	9,6	6,0
Demais contas a pagar	2,8	5,1
Patrimônio líquido	171,1	125,0
Capital social	45,9	45,9
Reserva de capital	0,3	1,4
Reserva legal	5,9	3,0
Reserva de incentivos fiscais	103,1	57,3
Ajustes de avaliação patrimonial	19,7	19,6
Ajustes acumulados de conversão	(7,3)	(4,7)
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	4,1	2,9
Participação acionistas não controladores	(0,6)	(0,4)

5. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Demonstração do Resultado R\$ Milhões	CONSOLIDADO			
	Acumulado em		Trimestre findo em	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	440,4	240,1	127,0	90,8
Custo dos produtos vendidos	(242,3)	(127,5)	(68,4)	(49,3)
Lucro bruto	198,1	112,6	58,6	41,5
Despesas com vendas	(67,1)	(40,1)	(21,0)	(12,8)
Despesas gerais e administrativas	(37,6)	(27,0)	(13,5)	(8,7)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(4,2)	(9,3)	(2,6)	(5,1)
	(108,9)	(76,5)	(37,1)	(26,6)
Lucro operacional	89,2	36,1	21,5	14,9
Despesas financeiras	(47,1)	(30,6)	(17,3)	(12,9)
Receitas financeiras	17,6	15,8	4,1	7,0
	(29,5)	(14,8)	(13,2)	(5,8)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	59,7	21,3	8,2	9,0
Imposto de renda e contribuição social do período	(3,1)	6,2	4,5	9,8
Lucro líquido antes da participação dos não controladores	56,6	27,5	12,7	18,9
Atribuição aos acionistas não controladores	0,1	0,1	0,1	-
Lucro líquido do exercício/período	56,7	27,6	12,8	18,9

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA CAMBUCI S.A. PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE		411.231	334.543	386.493	318.749
Caixa e equivalentes de caixa	8	5.952	787	12.669	5.856
Contas a receber	9	92.819	60.683	94.138	72.702
Estoques	10	39.738	22.236	53.330	29.460
Tributos a recuperar	12	10.063	8.570	11.801	11.551
Despesas pagas antecipadamente	13	3.106	1.404	3.116	1.404
Demais contas a receber	14	6.581	6.607	7.880	11.171
NÃO CIRCULANTE		252.972	234.256	203.559	186.605
Contas a receber	9	2.752	3.335	2.752	3.344
Depósitos judiciais	26	4.426	3.596	4.427	3.597
Partes relacionadas	11	81.256	79.156	-	-
Tributos a recuperar	12	37.891	46.385	37.891	46.385
Despesas pagas antecipadamente	13	155	247	155	247
Demais contas a receber	14	187	126	45.695	41.000
Investimentos em controladas e coligadas	16	85.167	75.173	-	-
Propriedades para investimento	15	-	-	67.188	60.926
Outros investimentos		526	526	526	526
Imobilizado	17	39.118	23.941	42.762	27.735
Intangível	18	1.494	1.771	2.163	2.845

6. FLUXO DE CAIXA

Demonstração do Fluxo de Caixa R\$ Milhões	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	56,7	27,6
Ajustes p/reconciliar o resultado do período c/recursos provenientes de atividades operacionais:		
Impostos sobre o Lucro	3,1	(6,2)
Depreciação e amortização	10,3	7,2
Plano de opções de ações	0,4	0,2
(Reversão) provisão para contingências	3,6	0,3
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(2,2)	(2,8)
(Reversão) provisão para estoques obsoletos	(4,8)	4,7
Baixa de ativos imobilizado e intangível	0,9	0,1
Resultado de outros investimentos	(6,3)	(7,1)
Juros s/ empréstimos e financiamentos	13,0	8,1
	74,8	31,9
Redução/aumento nos ativos e passivos:		
Contas a receber de clientes	(18,6)	(18,3)
Tributos a recuperar	5,1	4,5
Estoques	(19,1)	(4,1)
Despesas pagas antecipadamente	(1,6)	(1,1)
Demais contas a receber	(1,4)	(7,0)
Depósitos judiciais	(0,8)	0,6
Obrigações trabalhistas e sociais	5,2	(0,8)
Fornecedores	2,1	5,2
Obrigações fiscais	(0,5)	0,4
Juros sobre capital próprio	-	-
Demais contas a pagar	(2,4)	(22,6)
	(32,1)	(43,1)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	42,7	(11,2)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições ao imobilizado e intangível	(25,6)	(9,1)
Baixas do investimento	-	0,5
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(25,6)	(8,6)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos captados	142,6	140,5
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(133,4)	(114,9)
Juros pagos	(8,5)	(6,5)
Subscrição de ações	-	0,2
Recuperação de ações	(1,4)	-
Juros sobre capital próprio	(8,1)	-
Participação dos acionistas não controladores em controladas	(0,1)	(0,1)
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(9,0)	19,3
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	(1,3)	-
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	6,8	(0,4)
Disponibilidades no início do exercício	5,9	6,3
Disponibilidades no final do exercício	12,7	5,9
	6,8	(0,4)

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Companhia adota postura ética, responsável e transparente na condução de seus negócios e busca aperfeiçoar constantemente seus padrões de Governança Corporativa de acordo com as melhores práticas do mercado, tendo como principal objetivo preservar os direitos dos seus acionistas por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto.

As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de aperfeiçoar e preservar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

8. SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, a Companhia declara que não contratou outros serviços da GF Auditores Independentes além daqueles relacionados à auditoria externa durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

A Companhia adota como política atender as regulamentações que definem as restrições de serviços dos auditores independentes. As informações contábeis da Companhia aqui apresentadas estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS- *International Financial Reporting Standards*, e são parte das demonstrações financeiras.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de trabalho por parte dos auditores independentes.

9. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em conformidade às disposições constantes no artigo 25, parágrafo 1º, item 5 da Instrução CVM 480/09, declaramos que a diretoria revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Cambuci S.A. e com o relatório dos auditores independentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

continua →



CAMBUCI S.A.
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuação DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	Exercício Findo em 31/12/2022	31/12/2021	Exercício Findo em 31/12/2022	31/12/2021	
Receita operacional líquida	29	385.364	210.108	440.404	240.098
Custo dos produtos vendidos	33	(217.179)	(117.355)	(242.305)	(127.520)
Lucro bruto		168.185	92.753	198.099	112.578
Despesas com vendas	33	(52.795)	(29.383)	(67.100)	(40.095)
Despesas gerais e administrativas	33	(32.549)	(23.379)	(37.641)	(27.048)
Resultado de equivalência patrimonial	16	7.983	12.839	-	-
Outras despesas operacionais, líquidas	31	(12.637)	(17.976)	(4.182)	(9.343)
		(89.998)	(57.899)	(108.923)	(76.486)
Lucro operacional		78.187	34.854	89.176	36.092
Despesas financeiras	32	(29.604)	(18.966)	(47.091)	(30.569)
Receitas financeiras	32	8.134	9.131	17.647	15.775
		(21.470)	(9.835)	(29.444)	(14.794)
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		56.717	25.019	59.732	21.298
Imposto de renda e contribuição social do exercício	34	26	2.573	(3.096)	6.186
Lucro líquido antes da participação dos não controladores		56.743	27.592	56.636	27.484
Atribuível aos acionistas não controladores		-	-	107	108
Lucro líquido do exercício		56.743	27.592	56.743	27.592
Lucro Básico por Ação	ON	1,35201	0,65268	1,35201	0,65268

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em 31/12/2022	31/12/2021	Exercício findo em 31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	56.743	27.592	56.743	27.592
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	(2.523)	(2.070)	(2.523)	(2.070)
Efeito da aplicação do CPC42/IAS 29	1.199	2.144	1.199	2.144
Total de outros resultados abrangentes	(1.324)	74	(1.324)	74
Total do resultado abrangente do exercício	55.419	27.666	55.419	27.666
Atribuído a sócios da Companhia controladora			55.312	27.558
Atribuído a sócios não controladores			107	108

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa proveniente das operações				
Lucro líquido do exercício	56.743	27.592	56.743	27.592
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Impostos sobre o Lucro	(26)	(2.573)	3.096	(6.186)
Depreciação e amortização	8.752	5.973	10.335	7.153
Resultado da equivalência patrimonial	(7.983)	(12.839)	-	-
Plano de opções de ações	374	179	374	179
(Reversão) provisão para contingências	3.634	322	3.634	268
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(1.353)	(2.472)	(2.246)	(2.782)
(Reversão) provisão para estoques obsoletos	(4.806)	4.578	(4.818)	4.659
Juros s/empréstimos, financiamentos e tributos	13.027	8.083	13.027	8.083
Resultado de outros investimentos	-	-	(6.262)	(7.091)
Baixa de ativos imobilizado e intangível	687	64	917	63
	69.049	28.907	74.800	31.938
Redução/aumento nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(30.200)	(10.704)	(18.598)	(18.296)
Impostos a recuperar	7.027	2.081	5.148	4.455
Estoques	(12.696)	(1.445)	(19.052)	(4.130)
Despesas antecipadas	(1.610)	(1.059)	(1.620)	(1.059)
Outras contas a receber	(35)	(2.042)	(1.404)	(6.977)
Depósitos judiciais	(830)	544	(830)	597
Partes relacionadas	(92)	(13.254)	-	-
Obrigações trabalhistas e sociais	5.386	(937)	5.216	(779)
Fornecedores	5.107	2.014	2.056	5.206
Obrigações tributárias	1.120	4.274	(537)	430
Juros sobre capital próprio	13	-	13	-
Contas a pagar	(1.801)	(22.089)	(2.443)	(22.562)
	(28.611)	(42.617)	(32.051)	(43.115)
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	40.438	(13.710)	42.749	(11.177)
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado e intangível	(24.339)	(7.861)	(25.617)	(9.088)
Adições ao investimento	-	(1.624)	-	-
Baixas do investimento	-	501	-	501
Recursos líquidos provenientes das atividades de investimento	(24.339)	(8.984)	(25.617)	(8.587)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos captados	140.564	140.541	142.595	140.541
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(133.416)	(114.890)	(133.416)	(114.890)
Juros pagos	(8.533)	(6.491)	(8.533)	(6.491)
Subscrição de ações	-	236	-	236
Recuperação de ações	(1.443)	-	(1.443)	-
Juros sobre capital próprio	(8.106)	-	(8.106)	-
Participação dos acionistas não controladores em controladas	-	-	(111)	(104)
Recursos líquidos provenientes das atividades de financiamento	(10.934)	19.396	(9.014)	19.292
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	(1.305)	40
Aumento (redução) no caixa e equivalentes	5.165	(3.298)	6.813	(432)
Disponibilidades no início do exercício	787	4.085	5.856	6.288
Disponibilidades no final do exercício	5.952	787	12.669	5.856
	5.165	(3.298)	6.813	(432)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Controladora							Participação dos acionistas da Companhia	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de Incentivos fiscais	Ajuste Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ajuste Avaliação patrimonial			
Em 31 de dezembro de 2020	45.701	1.218	1.637	31.106	-	-	19.642	(1.961)	97.343	97.343
Ajuste de conversão moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	(2.070)	(2.070)	(2.070)
Outorga de opções de ações	-	179	-	-	-	-	-	-	179	179
Aumento de capital	236	-	-	-	-	-	-	-	236	236
Constituição de reservas	-	-	1.380	26.212	(27.592)	-	-	-	-	-
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	-	-	-	-	-	2.144	2.144	2.144
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.592	-	-	-	27.592	27.592
Em 31 de dezembro de 2021	45.937	1.397	3.017	57.318	-	-	19.642	(1.887)	125.424	125.424
Ajuste de conversão moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	(2.523)	(2.523)	(2.523)
Outorga de opções de ações	-	374	-	-	-	-	-	-	374	374
Constituição de reservas	-	-	2.837	45.800	(48.637)	-	-	-	-	-
Ações em tesouraria adquiridas	-	(1.443)	-	-	-	-	-	-	(1.443)	(1.443)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.106)	(8.106)
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	-	-	-	-	-	1.199	1.199	1.199
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	56.743	-	-	-	56.743	56.743
Em 31 de dezembro de 2022	45.937	328	5.854	103.118	-	-	19.642	(3.211)	171.668	171.668

	Consolidado							Participação dos acionistas da Companhia	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital Social Integralizado	Reserva de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reserva Legal	Reserva de Incentivos fiscais	Ajuste Avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ajuste Avaliação patrimonial			
Em 31 de dezembro de 2020	45.701	1.218	1.637	31.106	-	-	19.642	(1.961)	97.343	97.005
Ajuste de conversão moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	(2.070)	(2.070)	(2.070)
Outorga de opções de ações	-	179	-	-	-	-	-	-	179	179
Aumento de capital	236	-	-	-	-	-	-	-	236	236
Constituição de reservas	-	-	1.380	26.212	(27.592)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	27.592	-	-	27.592	27.592	27.592
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	-	-	-	-	-	2.144	2.144	2.144
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(104)	(104)
Em 31 de dezembro de 2021	45.937	1.397	3.017	57.318	-	-	19.642	(1.887)	125.424	124.982
Ajuste de conversão moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	(2.523)	(2.523)	(2.523)
Outorga de opções de ações	-	374	-	-	-	-	-	-	374	374
Ações em tesouraria adquiridas	-	(1.443)	-	-	-	-	-	-	(1.443)	(1.443)
Constituição de reservas	-	-	2.837	45.800	(48.637)	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.106)	(8.106)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	56.743	-	-	56.743	56.743	56.743
Efeito de Aplicação das IAS 29 (Hiperinflação)	-	-	-	-	-	-	-	1.199	1.199	1.199
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(111)	(111)
Em 31 de dezembro de 2022	45.937	328	5.854	103.118	-	-	19.642	(3.211)	171.668	171.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Controladora		Consolidado		Distribuição do valor adicionado	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas					Pessoal				
Vendas de mercadorias e produtos (líquido de devoluções)	442.839	240.076	502.101	275.943	Remuneração direta	82.702	46.948	88.039	49.585
Outras receitas	3.336	4.810	12.707	15.186	Benefícios	2.973	1.725	3.293	2.011
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (constituição)	(1.353)	(2.472)	(2.246)	(2.782)	F.G.T.S.	1.194	713	1.317	855
	444.822	242.414	512.562	288.347		86.869	49.386	92.649	52.451
Insumos adquiridos de terceiros					Impostos, taxas e contribuições				
Custo dos produtos e mercadorias vendidos	(139.175)	(75.077)	(164.301)	(85.241)	Federais	42.150	19.537	50.482	20.415
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(81.386)	(58.918)	(91.847)	(69.185)	Estaduais	16.260	8.935	16.549	11.293
	(220.561)	(133.995)	(256.148)	(154.426)		58.410	28.472	67.031	31.708
Valor adicionado bruto	224.261	108.419	256.414	133.921	Remuneração de capitais de terceiros				
Depreciação e amortização	(8.752)	(5.973)	(10.335)	(7.153)	Despesas financeiras (inclui variação cambial)	29.604	18.966	47.091	30.569
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	215.509	102.446	246.079	126.768	Aluguéis e outros	-	-	319	331
Valor adicionado recebido em transferência						29.604	18.966	47.410	30.900
Resultado da equivalência patrimonial	7.983	12.839	-	-	Remuneração de capitais próprios				
Receitas financeiras	8.134</								



CAMBUCI SA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada sobre os investimentos em controladas no exterior, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e os ganhos e perdas resultantes da variação cambial apurada no processo de consolidação das informações contábeis da Companhia (*Cumulative Translation Adjustment* ("CTA")), são reconhecidos na rubrica de outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. **3.3 Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação dessas demonstrações financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As demonstrações financeiras da Controladora e Consolidado incluem, portanto, estimativas referentes principalmente à provisão para impostos diferidos (Nota 12), seleção da vida útil do ativo imobilizado (Nota 17.1), provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas (Nota 26), determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares (Nota 28). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas. **3.4 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustado, quando requerido, para refletir o valor justo de certos ativos e passivos. **4. Novas Normas, Alterações e Interpretações de Normas:** Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia e suas controladas. **5. Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e suas controladas, conforme demonstrado a seguir:

		Participação no capital total - %	
Sede (País)		31/12/2022	31/12/2021
Controladas Diretas			
Cambuci Importadora Ltda.	(i) Brasil	99,99	99,99
Impar Paraguay S/A	(ii) Paraguai	96,70	96,70
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(i) Brasil	98,00	98,00
Cambuci Trust S/A	(i) Brasil	100,00	100,00
Latinline TRADE S/A	(vi) Uruguai	100,00	100,00
Penalty Argentina S/A	(iii) Argentina	95,00	95,00
Penalty Chile S/A	(iv) Chile	100,00	100,00
Penalty Ibéria S.L.	(v) Espanha	100,00	100,00

(i) Cambuci Importadora Ltda. ("Cambuci Importadora"), sediada no Espírito Santo para importações de produtos para industrialização. Está ativa, mas sem movimento. A Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda. ("Impar Sports"), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a comercialização de artigos do vestuário e complementos. A Cambuci Trust S/A ("Cambuci Trust"), sediada na cidade de São Roque, tem como finalidade a compra, venda ou locação de imóveis próprios, bem como participação societária em outras empresas. (ii) Impar Paraguay, sediada na Cidade de Hernandarias no Paraguai, cuja moeda funcional é o Guarani, tem como objeto a produção, comercialização, importação e exportação de produtos esportivos e está sem operação. (iii) Penalty Argentina S/A ("Penalty Argentina"), sediada na Cidade de Buenos Aires na Argentina, cuja moeda funcional é o Peso Argentino; tem como objeto a comercialização, importação e exportação de artigos esportivos. (iv) Penalty Chile S/A ("Penalty Chile"), sediada na Cidade de Santiago no Chile, cuja moeda funcional é o Peso Chileno; tem como objeto a comercialização e importação de artigos esportivos e está sem operação. (v) Penalty Ibéria S.L. ("Penalty Ibéria"), sediada na Espanha, cuja moeda funcional é o Euro; tem como finalidade a comercialização e importação de artigos esportivos e está sem operação. (vi) Latinline Trade S/A ("Latinline") é uma sociedade constituída na República Oriental do Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar, o objeto da sociedade é o desenvolvimento de atividades comerciais de vendas ao mercado asiático, através da cobrança de royalties. Os exercícios contábeis das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora. As práticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas controladas e são consistentes com aquelas utilizadas nas informações do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. O processo de consolidação previsto nos pronunciamentos CPC 36 (R3) e IFRS 10 corresponde à soma das contas patrimoniais e de resultado, complementado com as seguintes eliminações: a) As participações da Controladora no patrimônio líquido das controladas; b) Saldos de contas patrimoniais mantidos entre as empresas; c) Receitas e despesas decorrentes de operações comerciais e financeiras realizadas entre as empresas; e d) As parcelas do resultado do exercício e do ativo correspondentes aos ganhos e as perdas não realizados nas operações entre as empresas. **6. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável e é provável que os benefícios econômicos fluirão a favor da Companhia e suas controladas. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. a.1) Receita de venda de mercadorias: A receita de venda de mercadorias é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia e suas controladas não detêm mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida. a.2) Receita financeira: As receitas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas financeiras. b) Transações denominadas em moeda estrangeira: As controladas no exterior são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, cujos resultados anuais são reconhecidos na proporção da participação de investimento da Companhia e são registrados como resultado de equivalência patrimonial. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são registradas no grupo de ajustes acumulados de conversão, no patrimônio líquido da controladora. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. c) Instrumentos financeiros: c.1) Ativos financeiros: Os ativos financeiros são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo e classificados numa das três categorias: • Instrumentos financeiros ao custo amortizado; • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio dos resultados abrangentes; e • Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Mensuração subsequente: Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia altere o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Na norma contábil, a menos que um ativo financeiro tenha sido designado no momento inicial ao valor justo por meio do resultado (com o propósito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração contábil), os instrumentos de dívida devem ser classificados subsequentemente como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base nos seguintes itens: • No modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros; • Nas características de fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros (também denominado teste de "SPPJ" - Somente pagamento de principal e juros). c.2) Passivos financeiros: Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado: passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, quando aplicáveis, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: empréstimos e financiamentos e fornecedores. c.3) Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros reconhecidos são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal e tem-se a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. c.4) *Impairment* de instrumentos financeiros: Os ativos financeiros que não são classificados como ao valor justo por meio do resultado são testados anualmente para identificação de indicadores de *impairment*. Ativos financeiros são considerados deteriorados quando existe evidência objetiva, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo financeiro, de que os fluxos futuros estimados de caixa do investimento foram impactados. d) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis em até 90 dias a contar da data de contratação, com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua totalidade, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao custo amortizado" (Nota 8). e) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e são deduzidas das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*). As contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Informações referentes à abertura das contas a receber em valores a vencer e vencidos estão demonstradas na Nota 9. f) Estoques: Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, não excedendo o seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido é apurado pela diferença entre o preço de venda na operação normal da Companhia, reduzido os custos incorridos para realizar a venda. As perdas estimadas para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são

constituídas levando em consideração o histórico de vendas destes estoques, na qual a Companhia recupera parte deste custo, resultando num percentual médio de não recuperação que se aplica ao saldo dos estoques classificados como de baixa rotatividade ou obsoletos. A Administração da Companhia considera que foram constituídas perdas estimadas em montante suficiente para os estoques de baixa rotatividade ou obsoletos. g) Investimentos: Na controladora, os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados ao custo de aquisição e ajustados ao valor de mercado, quando aplicável. h) Propriedade para investimento: A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado. i) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição ou construção. O custo incluído os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 17 e leva em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens. A vida útil dos ativos é revisada e ajustada, se apropriada, ao final de cada exercício. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. j) Intangível: São mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis da Companhia possuem vida útil definida. As amortizações são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 18. k) Redução ao valor recuperável - *Impairment*: (i) Ativos financeiros não derivativos: Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui: • inadimplência ou atrasos do devedor; • reestruturação de um valor devido à Companhia não consideradas em condições normais; • indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência; • mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores; • o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou • dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de uma Companhia de ativos financeiros. (ii) Ativos não financeiros: Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de indicativos de *impairment* sempre que eventos ou circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual é representado pelo maior valor entre (i) o valor justo do ativo menos seus custos de venda; e (ii) o seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros. Para fins de teste de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais exista fluxos de caixa identificáveis, que podem ser a unidade geradora de caixas "UGC"s ou segmentos operacionais. A Companhia utiliza a sua única "UGC" para realizar esse teste. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, quando aplicável, a Companhia efetuiu as provisões para redução ao valor recuperável de seus ativos. l) Outros ativos e passivos: Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. m) Tributação: m.1) Imposto de renda e contribuição social: Quando aplicável, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. n) Ajustes a valor presente de ativos e passivos: Os ativos e passivos monetários de curto prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa das transações e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de receitas financeiras, no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. o) Fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registradas pelo valor faturado. Quando aplicável, são registradas a valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. p) Empréstimos e financiamentos: Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. q) Ativos e passivos contingentes e depósitos judiciais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e depósitos judiciais são efetuados de acordo com o CPC 25 e IAS 37 da seguinte forma: (i) ativos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. (ii) passivos contingentes - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração, apoiada na opinião dos assessores jurídicos externos, julgar que a probabilidade de perda é provável. Nos casos do não reconhecimento, a Companhia divulga os principais processos de perda possível na Nota 26. (iii) depósitos judiciais - são mantidos no ativo não circulante sem a dedução das correspondentes provisões para contingências ou obrigações legais, a menos que tal depósito seja legalmente compensável contra o passivo e a Companhia pretenda compensar tais valores. r) Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que saída de recursos sejam requeridas para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando há a expectativa de que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. s) Remuneração baseada em ações: O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Companhia é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 36. O valor justo das opções de compra determinados na data da outorga de cada plano é registrado pelo método linear como despesa no resultado durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas. Na data de encerramento de cada exercício, a Administração revisa as estimativas de expectativas de ações a serem exercidas. t) Arrendamentos: A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito e uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração, dos passivos de arrendamentos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos à redução ao valor recuperável. Os passivos de arrendamento da Companhia estão apresentados na rubrica de "Demais contas a pagar" (nota 25). u) Economia hiperinflacionária: De acordo com o CPC 42/IAS 29, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de subsidiárias que operam em economias altamente inflacionárias são corrigidos pela alteração no poder geral de compra da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do exercício. Como consequência do exposto acima, a Companhia aplicou a contabilidade de economia altamente inflacionária para a sua subsidiária na Argentina aplicando as regras da CPC 42/IAS 29. **7. Política de Gestão de Risco:** A Cambuci adota procedimentos de gestão de riscos de mercado e de crédito em conformidade com a política financeira aprovada pelo Conselho de Administração. O objetivo da gestão de riscos é proteger o fluxo de caixa da Companhia e reduzir as ameaças ao financiamento do seu capital de giro operacional e de programas de investimento. (i) Risco de mercado: A Administração da Cambuci elabora uma análise de sensibilidade e de cenários adversos possível e remoto para cada tipo de risco de mercado a que está exposta e está apresentada na Nota 28.3. As exposições a risco de mercado são constantemente monitoradas, especialmente os fatores de risco relacionados às variações cambiais e de taxas de juros, que potencialmente afetam o valor de ativos e passivos financeiros, fluxos de caixa futuros e investimentos líquidos. Para os instrumentos financeiros que estão reconhecidos pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, em determinadas operações poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente. a) Exposição a riscos cambiais: A política de gestão de risco de câmbio da Cambuci se concentra na diminuição, mitigação ou transferência de exposições aos riscos de mercado. A Cambuci administra sua exposição às taxas de câmbio através do acompanhamento da composição da dívida e das contas a receber em moeda estrangeira. A política financeira da Cambuci para gestão de riscos cambiais prevê

os limites máximos e mínimos de cobertura que devem ser obedecidos, os quais são observados continuamente pela sua Administração. b) Exposição a riscos de taxas de juros: A Cambuci está exposta ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, à variação da taxa de juros de longo prazo ("TJLP") e da variação do certificado de depósito interbancário ("CDI diário"). c) Exposição a riscos de crédito: As operações que sujeitam a Cambuci à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas a receber de clientes, para as quais a Companhia fica exposta ao risco de liquidez do cliente envolvido. Com relação ao risco de crédito de clientes, a Cambuci tem como mecanismos de proteção a análise rigorosa para a concessão do crédito e a obtenção de garantias reais e não reais quando julgadas necessárias. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de contas a receber de clientes encontra-se líquido de perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa. Em caso de eventual constatação de risco iminente de crédito nas contas a receber, a Administração da Companhia constitui perdas estimadas para trazê-las ao seu valor provável de realização. d) Riscos de liquidez: O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações. A previsão de fluxo de caixa da Companhia é realizada pelo Departamento de Finanças. Essa área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A tabela a seguir demonstra os passivos financeiros da Cambuci por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Esses valores são calculados a partir de fluxos de caixa não descontados e podem não ser conciliados com os valores do balanço patrimonial.

	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Fornecedores	24.128	-	-	24.128
Empréstimos e financiamentos	28.626	23.344	6.688	588
Debêntures	11.187	3.912	37.300	-
	63.941	27.256	43.988	588

8. Caixa e Equivalentes de Caixa:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	7	8	63	136
Bancos conta movimento	1.475	569	8.003	3.335
Aplicações financeiras	4.470	210	4.603	2.385
	5.952	787	12.669	5.856

As aplicações financeiras são representadas substancialmente por certificados de depósitos bancários ("CDB") e refletem as condições usuais de mercado, cujo vencimento é igual ou inferior a 90 dias, possuem liquidez imediata e não possuem risco de variações significativas de flutuação em função da taxa de juros.

9. Contas a Receber:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber no Brasil	101.767	70.307	102.988	70.690
Contas a receber no Exterior	1.543	2.802	5.306	19.006
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(7.739)	(9.091)	(11.404)	(13.650)
	95.571	64.018	96.890	76.046
Ativo Circulante	92.819	60.683	94.138	72.702
Ativo Não Circulante	2.752	3.335	2.752	3.344
Total	95.571	64.018	96.890	76.046

Títulos Vencidos - terceiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Até 30 dias	3.734	2.246	3.844	3.893
De 31 a 120 dias	2.071	1.150	2.792	1.150
De 121 a 180 dias	363	388	1.115	418
A partir de 181 dias	9.113	8.696	11.821	11.193
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(7.739)	(9.091)	(11.404)	(13.650)
Total dos títulos vencidos - terceiros	7.542	3.389	8.168	3.004
Títulos a vencer - terceiros	88.029	60.629	88.722	73.042
Total da carteira de clientes - terceiros	95.571	64.018	96.890	76.046

A movimentação do saldo de perdas estimadas de créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo da PECLD no início do exercício	(9.091)	(11.563)	(13.650)	(16.432)
(Adições)/reversões do exercício	(793)	1.312	101	1.622
Baixa de títulos considerados incobráveis	2.145	1.160	2.145	1.160
Saldo da PECLD no final do exercício	(7.739)	(9.091)	(11.404)	(13.650)

A metodologia utilizada pela Companhia para o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (*impairment*) baseia-se na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a garantia real para os débitos e é composta pela somatória de 50% do montante dos títulos vencidos entre 121 e 180 dias, 95% do montante dos títulos vencidos há mais de 180 dias e 100% dos títulos em cobrança judicial. A Administração da Companhia considera essa metodologia suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A classificação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no resultado é apresentada em despesa com vendas. Os títulos a receber com as empresas ligadas não estão considerados neste cálculo. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha recebíveis oferecidos em garantia a determinados empréstimos, financiamentos e debêntures, no montante de R\$ 32.008.

10. Estoques:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Produtos acabados	14.693	7.812	28.122	13.037
Importação em andamento	7.535	5.795	7.535	5.795
Produtos em elaboração	1.557	1.113	1.557	1.113
Matérias-primas	15.953	7.516	16.116	9.515
	39.738	22.236	53.330	29.460

Os gastos com importações em andamento estão relacionados, principalmente, às operações de aquisição de matéria-prima e produtos acabados da Companhia. Os estoques estão seguros contra incêndio. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. A Companhia tem como política avaliar periodicamente o giro dos estoques, e para os itens de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas provisões com perdas. A movimentação das perdas estimadas para os estoques está assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo da Provisão Obsolescência no início do exercício	(5.321)	(743)	(5.536)	(878)
Provisão	(1.249)	(4.716)	(1.249)	(4.742)
Reversão (Perdas)	6.055	138	6.067	84

Saldo da Provisão Obsolescência no final do exercício (515) (5.321) (718) (5.536)

A provisão para obsolescência constituída em 2021 se refere às perdas estimadas com as enchentes ocorridas na filial de Itabuna, ao final de dezembro de 2021. A respectiva provisão foi integralmente revertida em 2022. **11. Partes Relacionadas:** A Companhia mantém transações com partes relacionadas durante o curso normal de suas operações e atividades e considera que todas as condições estipuladas nos contratos pactuados atendem aos seus interesses. As transações entre a Controladora e as suas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

	31/12/2022		Transações no resultado de Janeiro a Dezembro 2022
	Não Circulante	Não Circulante	
Compra de Mat. Primas, Produtos acabados e serviços			
Credito com partes relacionadas			
Débito com partes relacionadas			
Venda de Produtos			

Controladas

Cambuci Importadora Ltda.	30.429	-	-
Cambuci Trust S/A	-	7.690	-
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	38.156	-	16.726
Latinline TRADE S/A	715	-	-
Penalty Chile S/A	7.251	-	-
Penalty Ibéria S.L.	67	-	-
Penalty Argentina S/A	4.638	-	11.171
	81.256	7.690	27.897

continua →



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>



CAMBUCI S/A
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022	
	Não Circulante	Não Circulante	Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado	Consolidado	Consolidado
Confederação e Federações Seguros	-	-	2.874	1.149	2.874	1.149	-	-
Circulante	-	-	387	502	397	502	-	-
Não Circulante	-	-	3.106	1.404	3.116	1.404	-	-
Total	-	-	3.261	1.651	3.271	1.651	-	-
14. Demais Contas a Receber:								
			Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado		
			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021		
Valor a receber de terceiros	-	-	-	-	101	352	-	-
Despachante aduaneiro	-	-	466	486	466	486	-	-
Aluguéis a receber	-	-	600	612	600	612	-	-
PECLD	-	-	(88)	(59)	(88)	(59)	-	-
Ganho sentença ref. indenização contratual	-	-	3.460	3.472	3.460	3.472	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	399	1.159	399	1.159	-	-
Valor Fundap a liberar (i)	-	-	-	-	45.317	40.690	-	-
Saldo vinculado - Banco Santander e Daycoval	-	-	843	393	843	393	-	-
Outros	-	-	1.088	670	2.477	5.066	-	-
	-	-	6.768	6.733	53.575	52.171	-	-
	-	-	6.581	6.607	7.880	11.171	-	-
Circulante	-	-	187	126	45.695	41.000	-	-
Não Circulante	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	6.768	6.733	53.575	52.171	-	-

As transações de vendas realizadas com as controladas referem-se a vendas de produtos para abastecimento dos mercados onde as mesmas estão sediadas. Os saldos com as controladas, classificados em "Partes relacionadas", no ativo não circulante, conforme quadro acima, são referentes a conta correntes operacionais entre as empresas do Grupo. Todos os saldos e transações mantidos entre a Companhia e suas controladas foram eliminados na consolidação. No curso dos negócios da Companhia, os acionistas realizam operações comerciais e financeiras entre si. Todas as operações com partes relacionadas estão de acordo com os termos e condições que normalmente são praticados no mercado. Os saldos de mútuo com os acionistas em 31 de dezembro de 2022 (Nota 25) correspondem a R\$ 1.534 (R\$ 1.481 em 31 de dezembro de 2021) e estão sujeitos a encargos financeiros e não há prazo de pagamento. A Companhia está de acordo com a Lei das Sociedades por Ações ("Lei das S.A."), que proíbe diretores e conselheiros de: (i) realizar quaisquer atos de liberdade com a utilização de ativos da Companhia e em detrimento desta; (ii) intervir em quaisquer operações em que tais diretores e conselheiros tenham interesse conflitante com o da Companhia ou nas deliberações de que participarem; e (iii) receber, em razão de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal de terceiros, direta ou indireta, sem autorização concedida pelo órgão competente. (i) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Companhia considerou como "pessoal-chave da administração" os membros do conselho de administração, do conselho fiscal e os integrantes da sua diretoria. Em 31 de dezembro de 2022, o montante acumulado referente à remuneração do pessoal-chave da administração foi de R\$ 3.473 (R\$ 3.280 em 31 de dezembro de 2021). De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), a Companhia não possui programa de remuneração de benefícios de curto ou longo prazo a empregados ou administradores, benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho, exceto pela remuneração baseada em ações, conforme descrito na nota 36. **12. Tributos a Recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	40	132	43	799
Imposto sobre produto industrializado (IPI)	759	86	929	163
Pis e Cofins	(i) 23.087	34.519	23.369	35.163
Imposto sobre valor agregado (IVA)	-	-	942	688
IRPJ	(ii) 5.158	4.955	5.158	5.435
Contribuição Social	(ii) 1.857	1.794	1.857	1.794
IR e CSLL diferidos	17.048	13.376	17.048	13.376
Outros	5	93	346	518
	47.954	54.955	49.692	57.936
Circulante	10.063	8.570	11.801	11.551
Não Circulante	37.891	46.385	37.891	46.385
Total	47.954	54.955	49.692	57.936

(i) Refere-se principalmente ao êxito em ação judicial com trânsito em julgado, que questionou a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS. (ii) Em 23 de dezembro de 2021, o Superior Tribunal Federal ("STF") julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic envolvendo créditos fiscais recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em relação a este assunto, a Companhia impetrou mandado de segurança com pedido de liminar em 02/08/2021, objetivando assegurar o reconhecimento da não incidência destes tributos sobre os valores de atualização monetária e juros de mora, dentre eles a Selic, onde obteve êxito no 4º trimestre de 2021. A Companhia registrou a sua melhor estimativa até a presente data, no valor de R\$ 7.015, visto que a realização do ganho é líquida e certa. A Companhia aguarda a modulação dos efeitos pelo STF para utilização deste crédito em suas operações. Enquanto isso, o saldo deste crédito está apresentado integralmente no ativo não circulante, acrescido de atualização monetária. **12.1 Composição do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:** Os impostos diferidos ativos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da Controladora, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais tributos diferidos possam ser utilizados. Os montantes são calculados com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente na data do balanço. As origens estão demonstradas a seguir:

	31/12/2022	
	IRPJ	CSLL
Perdas estimadas em ativos	791	791
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	9.547	9.547
Provisões para perdas em investimentos	330	330
Plano de opções de ações	1.771	1.771
Prejuízo fiscal e base negativa (i)	37.702	37.702
Total do ativo fiscal diferido	50.141	50.141
Alíquota nominais	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.535	4.513

(i) Os créditos estão suportados por estudos técnicos de viabilidade, os quais demonstram projeções de resultados futuros tributáveis, nos permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em um período não superior a 10 anos. Os estudos técnicos de viabilidade foram submetidos e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. As movimentações dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

Período	Controladora	
	IRPJ	CSLL
2023	4.056	-
2024	1.808	-
2025	1.783	-
2025 em diante	9.401	-
	17.048	-

13. Despesas pagas Antecipadamente: Os saldos que compõem essa rubrica no ativo circulante e não circulante, correspondem a antecipações de recursos relacionados a contratos de patrocínios e prêmios de seguros, que são alocados ao resultado de acordo com a vigência dos contratos e apólices, respectivamente.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Valor a receber de terceiros	-	-	101	352
Despachante aduaneiro	466	486	466	486
Aluguéis a receber	600	612	600	612
PECLD	(88)	(59)	(88)	(59)
Ganho sentença ref. indenização contratual	3.460	3.472	3.460	3.472
Adiantamentos a fornecedores	399	1.159	399	1.159
Valor Fundap a liberar (i)	-	-	45.317	40.690
Saldo vinculado - Banco Santander e Daycoval	843	393	843	393
Outros	1.088	670	2.477	5.066
	6.768	6.733	53.575	52.171
	6.581	6.607	7.880	11.171
Circulante	187	126	45.695	41.000
Não Circulante	-	-	-	-
Total	6.768	6.733	53.575	52.171

(i) Trata-se de ação indenizatória movida contra o BANDES, com sentença favorável proferida pelo TJ/ES, a qual não cabe rediscussão nos tribunais superiores. **15. Propriedade para Investimento:** Refere-se a imóvel da subsidiária Cambuci Trust S/A, atualizado pelo valor justo em 31 de dezembro de 2022, conforme laudo de avaliação elaborado por empresa especializada contratada pela Companhia, com a utilização de técnicas com base em preços de mercado.

16. Investimentos: (a) Informações sobre as controladas:

Investimento da controladora	Lucro		Patrimônio líquido		
	Participação (prejuízo) do exercício no capital		31/12/2022		
	total %	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	
Cambuci Importadora Ltda.	99,99	193	416	(10.344)	(10.476)
Impar Paraguay S/A	96,70	(612)	(433)	410	1.141
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	98,00	(3.334)	(7.911)	(30.207)	(26.873)
Latinline TRADE S/A	100,00	(567)	(1.458)	(206)	409
Penalty Argentina S/A	95,00	3.673	7.931	11.312	8.807
Penalty Chile S/A	100,00	-	642	(7.940)	(8.513)
Penalty Ibéria S.L	100,00	-	-	(67)	(77)
Cambuci Trust S/A	100,00	8.630	13.652	73.444	64.816
		7.983	12.839	36.402	29.234

(b) Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação dos investimentos e da provisão para perda em investimentos, foram as seguintes:

	Equivalência patrimonial		Ajuste de conversão		Transfêrência entre contas	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Investimentos em controladas						
Latinline TRADE S/A	410	-	-	(410)	-	-
Penalty Argentina S/A	8.807	3.673	(1.168)	-	11.312	-
Cambuci Trust S/A	64.816	8.630	-	-	-	73.445
Impar Paraguay S/A	1.141	(612)	(119)	-	-	410
	75.173	11.691	(1.287)	(410)	11.312	85.167

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este que corresponde à sua obrigação perante o prejuízo da Controlada. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica "Provisão para perda em controladas", tendo como contrapartida a conta de "resultado de equivalência patrimonial". **17. Imobilizado:** Os saldos do imobilizado estão demonstrados nos quadros abaixo:

	Equivalência patrimonial		Ajuste de conversão		Transfêrência entre contas	
	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022
Provisão para perdas em investimentos						
Cambuci Importadora Ltda.	(10.476)	193	(61)	-	-	(10.344)
Impar Sports Ind. Com. Mat. Esportivos Ltda.	(26.873)	(3.334)	-	-	-	(30.207)
Penalty Chile S/A	(8.513)	-	573	-	-	(7.940)
Latinline TRADE S/A	-	(567)	(49)	410	-	(206)
Penalty Ibéria S.L	(77)	-	9	-	-	(68)
	(45.939)	(3.708)	472	410	-	(48.765)

A Companhia adota como prática constituir provisão para perda em controladas em valor correspondente a participação societária sobre o patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), percentual este que corresponde à sua obrigação perante o prejuízo da Controlada. Essa provisão é classificada no passivo não circulante, na rubrica "Provisão para perda em controladas", tendo como contrapartida a conta de "resultado de equivalência patrimonial". **17. Imobilizado:** Os saldos do imobilizado estão demonstrados nos quadros abaixo:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Terreno	571	-	571	-
Edificações	2 a 4%	10.641	(7.111)	3.530
Máquinas e equipamentos	6,67%	52.574	(29.895)	22.679
Equipamentos de computação	25%	6.595	(5.940)	655
Instalações	10%	7.892	(2.925)	4.967
Móveis e utensílios	8,33%	9.881	(8.750)	1.131
Outros ativos imobilizados	10 a 25%	25.898	(19.831)	6.067
Imobilizado em andamento	-	58	-	47
		113.570	(74.452)	39.118
		74.452	39.118	90.049
		66.108	23.941	66.108
		23.941	23.941	23.941

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2021		31/12/2022	
	Adição	Depreciação	Adição	Depreciação
Terreno	31	-	31	-
Edificações	3.707	-	3.707	(177)
Máquinas e equipamentos	10.736	14.183	10.736	(2.240)
Equipamentos de computação	423	534	423	(302)
Instalações	2.815	2.824	2.815	(672)
Móveis e utensílios	1.558	219	1.558	(646)
Outros ativos imobilizados	4.624	5.753	4.624	(4.310)
Imobilizado em andamento	47	109	47	(98)
	23.941	23.622	23.941	(98)
	23.941	23.622	23.941	(98)

A movimentação do imobilizado está demonstrada no quadro abaixo:

	31/12/2021		31/12/2022	
	Adição	Depreciação	Adição	Depreciação
Terreno	31	-	31	-
Edificações	3.707	-	3.707	(178)
Máquinas e equipamentos	10.845	14.248	10.845	(2.266)

	31/12/2021		31/12/2022		31/12/2021		31/12/2022	
	Adição	Depreciação	Adição	Depreciação	Adição	Depreciação	Adição	Depreciação
Equipamentos de computação	564	659	-	(359)	16	(1)	879	-
Instalações	2.854	3.662	-	(699)	2	33	5.852	-
Móveis e utensílios	2.353	219	-	(823)	7	-	1.756	-
Outros ativos imobilizados	6.793	5.755	(1)	(5.205)	(57)	-	7.285	-
Imobilizado em andamento	47	133	(98)	-	(24)	-	58	-
	27.735	24.676	(99)	(9.530)	(20)	-	42.762	-

17.1 Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado: As seguintes vidas úteis são utilizadas para cálculo da depreciação:

	31/12/2022		31/12/2021	
	Vida útil	31/12/2022	Vida útil	31/12/2021
Edificações	25 a 60 anos			
Máquinas e equipamentos	10 a 15 anos			
Equipamentos de computação	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos
Instalações	10 anos	10 anos	10 anos	10 anos
Móveis e utensílios	12 anos	12 anos	12 anos	12 anos
Outros ativos imobilizados	4 a 10 anos			

As máquinas e equipamentos industriais foram avaliadas por um prazo médio de vida útil entre 10 e 15 anos, refletindo o uso contínuo desses equipamentos. Esse prazo foi definido levando em consideração as manutenções preventivas e corretivas praticadas no decorrer da vida útil dos ativos no processo produtivo e constante substituição de peças de reposição pelo avanço tecnológico e aumento na produção. **17.2 Teste de redução ao valor recuperável dos ativos:** Periodicamente, a Companhia efetua avaliação de seus ativos, através do setor de engenharia do produto, o qual avalia aquisição de novas tecnologias, possíveis descartes de equipamentos, manutenção e reposição de peças sempre que necessário ou que possam representar ganho de produtividade. O critério definido como indicativo de valor recuperável (*impairment*), pela



CAMBUCI S.A.
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

→ continuação

estabelecido, que consiste em ampliar as unidades fabris naquela região, incrementar a produção e gerar empregos diretos nas fábricas baianas. Em 31 de dezembro de 2022 não existiam parcelas de incentivos a serem reconhecidas contabilmente, decorrentes de obrigações estabelecidas pelo programa de incentivo, a serem cumpridas pela Companhia. As parcelas do incentivo fiscal são registradas a crédito na rubrica de receita operacional líquida na demonstração do resultado. **31. Outras Despesas Operacionais Líquidas:** Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de outras receitas e despesas operacionais líquidas estavam representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Crédito fiscal	2.542	3.751	2.542	3.751
Recuperação de créditos baixados	54	252	54	253
Venda de ativo permanente	127	134	127	134
Outras receitas	667	926	2.011	1.375
Valor justo propriedade p/investimento	–	–	6.262	7.091
Receita de aluguéis	–	–	2.976	2.941
Total de outras receitas	3.390	5.063	13.972	15.545
Provisão perdas nos estoques	(831)	(4.716)	(831)	(4.716)
Tributárias	(1.442)	(3.056)	(1.442)	(3.056)
Ociosidade fabril (i)	(3.280)	(8.835)	(3.280)	(8.835)
Litígios com fornecedores	(190)	(1.803)	(190)	(1.803)
Ações cíveis, trabalhistas e tributárias	(2.724)	–	(2.724)	–
Ações fiscais	(2.020)	–	(2.020)	–
Representantes	(2.585)	–	(2.585)	–
Outras despesas	(2.955)	(4.629)	(5.082)	(6.478)
Total de outras despesas	(16.027)	(23.039)	(18.154)	(24.888)
Total líquido	(12.637)	(17.976)	(4.182)	(9.343)

(i) A Companhia incorreu em níveis de produção abaixo do normal médio esperado sendo que, em 2021, o impacto foi significativo em função dos reflexos da Covid-19.

32. Receitas e Despesas Financeiras:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras				
Descontos obtidos	3	2.594	3	2.597
Varição cambial ativa	5.022	4.203	9.906	4.941
Juros recebidos	827	854	829	855
Atualização Fundap	–	–	4.627	5.902
Atualização de créditos tributários	2.282	1.480	2.282	1.480
	8.134	9.131	17.647	15.775
Despesas financeiras				
Comissão e despesa bancárias	(1.423)	(1.401)	(2.071)	(1.813)
Juros s/empréstimos e financiamentos	(17.585)	(11.320)	(18.588)	(12.017)
PIS/Cofins s/receitas financeiras	(199)	(187)	(770)	(1.125)
Varição cambial	(6.113)	(2.578)	(10.754)	(5.453)
Juros sobre fornecedores e impostos	(3.373)	(1.725)	(7.490)	(6.737)
Juros mútuacionista	(314)	(119)	(314)	(119)
Efeito da Aplicação do CPC 42/IAS 29	–	–	(6.507)	(1.669)
Outras despesas	(597)	(1.636)	(597)	(1.636)
	(29.604)	(18.966)	(47.091)	(30.569)
Resultado financeiro líquido	(21.470)	(9.835)	(29.444)	(14.794)

33. Despesas por Natureza: A Companhia apresenta a demonstração do resultado utilizando a classificação das despesas com base na sua função. As informações das despesas por natureza são apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo dos produtos vendidos				
Matéria prima	124.935	67.457	140.600	74.529
Mão de obra direta	48.267	24.512	48.267	24.512
Gastos gerais de fabricação	36.358	20.401	36.358	20.402
Efeito da aplicação da IAS 29 (hiperinflação)	–	–	9.461	3.092
Depreciação e amortização	7.619	4.985	7.619	4.985
	217.179	117.355	242.305	127.520
Despesas com vendas				
Comissões	15.255	8.220	15.592	9.052
Marketing e TradeMarketing	8.931	5.929	9.665	7.739
Fretes	14.625	7.990	16.751	9.347
Despesas com pessoal	3.210	2.787	7.004	6.319
Despesas com tecnologia da informação	362	251	1.031	954

34. Imposto de Renda e Contribuição Social: Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as rubricas de imposto de renda e de contribuição social estavam representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(3.646)	3.683	(6.575)	3.315
Diferido	3.672	(1.110)	3.479	2.871
	26	2.573	(3.096)	6.186
Tributos correntes				
Lucro antes da tributação	48.613	25.019	48.613	21.298
IR e CSLL à taxa nominal combinada de 34%	(16.528)	(8.506)	(16.528)	(7.241)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	2.714	4.365	2.714	4.365
Subvenção para incentivos PAT	10.933	6.286	10.933	6.286
PAT	22	46	22	46
Compensação de Prejuízos Fiscais	1.570	1.122	1.570	1.122
Provisões líquidas	617	(1.886)	617	(1.886)
Prejuízos dos trimestres não compensados	(3.705)	(3.999)	(3.705)	(3.999)
IR e CSLL extemporâneos	–	6.243	–	6.243
Outros	731	12	731	(1.320)
Total tributos correntes - Lucro Real	(3.646)	3.683	(3.646)	3.615
Empresas no lucro presumido	–	–	(300)	(300)
Empresas do exterior	–	–	(2.630)	–
Total do IR e CSLL	(3.646)	3.683	(6.575)	3.315
Taxa efetiva sobre o lucro	7,50%	-14,72%	13,53%	-15,56%

35. Informações por Segmento: O pronunciamento técnico CPC 22/IFRS 08 - Informações por Segmento requer que os segmentos operacionais definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estejam disponíveis, sejam reportados de forma consistente com os relatórios gerenciais fornecidos e revisados de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais para fins de avaliação de desempenho de cada segmento e alocação de recursos. O principal tomador de decisões operacionais responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho da Companhia é representado pelo Diretor Presidente. Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados, bolas, meias, confecções e acessórios em geral, a Companhia está organizada em uma única unidade geradora de caixa e, portanto, em somente um segmento passível de reporte. As políticas contábeis de cada segmento são as mesmas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Os produtos da Companhia estão representados por duas marcas (Penalty e Stadium), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Embora a Companhia possua uma estrutura de gestão matricial, em que as receitas de vendas são analisadas pelo

principal tomador de decisões em diversos níveis, os produtos produzidos e comercializados pela Companhia e suas controladas são divididos entre diversos produtos, tais como: calçados, artigos esportivos e vestuário em geral. Tendo em vista que todas as decisões tomadas em base de relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se sistema de fabricação similar, e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte, com a seguinte segmentação geográfica. (a) operações nacionais: desempenho da Companhia e de suas controladas no Brasil; e (b) operações internacionais: desempenho principalmente da controlada Argentina. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a receita bruta de vendas consolidada por segmento geográfico está representada da seguinte forma: • Operações nacionais: 84,4%. • Operações internacionais: 15,6%. As informações de vendas brutas no mercado interno e externo, por segmento geográfico, apresentadas no quadro abaixo, foram elaboradas a partir do país de origem da receita, tendo por base as vendas realizadas pelas suas controladas no Brasil e por meio das subsidiárias no exterior. Vendas brutas - mercado interno e externo:

	Controladora		Consolidado	
	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em	Exercício findo em
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Brasil	433.796	209.218	433.796	209.218
Argentina	68.407	50.887	68.407	50.887
Outros	12.054	18.523	12.054	18.523
Total	514.257	278.628	514.257	278.628

36. Benefícios a Empregados - Plano de Opções: Em 29 de novembro de 2012, através de Assembleia Geral Extraordinária, o Conselho de Administração, no âmbito de suas funções, aprovou o plano de opções de compra de ações para os membros da administração, empregados em posição de comando e gerência e prestadores de serviços da Companhia ou de suas controladas diretas ou indiretas relevantes. O número total de ações objeto das opções outorgadas não poderá ultrapassar o percentual de 5% do total das ações de emissão da Companhia, a qualquer tempo durante a vigência do Plano. Com o propósito de satisfazer o exercício de opções outorgadas, a Companhia poderá emitir novas ações, dentro do limite do capital autorizado, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia, conforme permissão do artigo 171, parágrafo 3º, da lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976. Quaisquer ações subscritas ou adquiridas pelo participante em virtude do exercício das opções somente poderão ser negociadas, alienadas, cedidas ou transferidas após o prazo de três anos após sua aquisição. A composição do plano de opções na data-base de 31 de dezembro de 2022, considerando os prazos de carência para exercício das opções, está demonstrada a seguir:

	Plano de opção de opções		
	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga
Data da outorga	02/01/2015	04/01/2016	19/10/2020
Quantidade de opções outorgadas	265.000	30.000	496.000
Quantidade de opções exercidas	(265.000)	(30.000)	–
Período de carência para exercício (vesting)	2 anos	2 anos	2 anos
Vencimento para o exercício	02/01/2021	04/01/2022	14/10/2027
Preço de exercício (i)	1,00	1,00	4,20
Beneficiários	4	1	18

(i) O preço de exercício é fixado e corrigido pela variação do índice de preços ao consumidor amplo - IPCA desde a data da outorga até a data do efetivo exercício da opção. Durante o exercício de 2020, a Companhia concedeu 553.000 ações no âmbito do plano de opções, as quais são avaliadas com base na média da cotação das ações da Companhia ponderada pelo volume de negociações nos 120 dias anteriores à data da celebração do contrato de opção, podendo o Conselho de Administração aplicar um desconto de até 20%. O beneficiário poderá exercer ao final de cada período de 12 meses 20% da sua opção exercível, ou poderá postergar este exercício, desde que seja respeitado o prazo máximo de 7 anos. A Companhia calculou o valor justo das opções, utilizando as seguintes premissas de mercado: Preço da ação em 31 de dezembro de 2022: R\$ 6,50. Correção do preço da opção: IPCA. Volatilidade: 49,51%. Taxa de desconto livre de risco: 3%. O valor justo para os planos de opção de compra de ações na data de outorga de cada plano foi calculado com base no modelo de precificação Black & Scholes. Os efeitos foram refletidos na rubrica "Reservas de plano de opções de ações", no Patrimônio Líquido, em contrapartida como despesas gerais e administrativas, no resultado do exercício, durante o exercício em que os colaboradores adquirem incondicionalmente o direito. O impacto contábil registrado na conta de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 374. Em 2022, conforme ata de reunião do conselho de administração, foi aprovada a criação de programa de recompra de ações de emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, tendo como finalidade atender ao programa de opção de compra de ações (stock options) da Companhia. **37. Cobertura de Seguros:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não houve alterações significativas na cobertura de seguros da Cambuci e suas controladas. A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros para seus bens, considerando adequada a cobertura contratada. Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais está composta por R\$ 177.914 para danos materiais e R\$ 3.000 para responsabilidade civil, respectivamente para o Grupo e para a Companhia.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Alexandre Schuler - Diretor Presidente
Roberto Estefano - Diretor de Relações com o Mercado
Emerson Tsuneji Shiromaru - Diretor Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Roberto Estefano
Eduardo Estefano Filho
Manuel Roberto Bravo Caldeira

CONSELHO FISCAL

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
Mário Alberto de Lima Reis Coutinho
Roberto Massayuki Hara

CONTADOR

Paulo Cesar Picolli
CRC 1SP 165645/O-6

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, a diretoria executiva da Cambuci S.A. declara que: • revisaram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e • revisaram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da GF Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Alexandre Schuler
Diretor Presidente

Roberto Estefano
Diretor de Relações com o Mercado

Emerson Tsuneji Shiromaru
Diretor de Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O PARECER DOS AUDITORES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Alexandre Schuler
Diretor Presidente

Roberto Estefano
Diretor de Relações com o Mercado

Emerson Tsuneji Shiromaru
Diretor de Operações Internacionais, Inovação e Tecnologia

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cambuci S.A., em cumprimento às disposições legais e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Foram discutidas com a Diretoria e com os Auditores Independentes as políticas e estimativas contábeis que requerem julgamentos, a avaliação dos controles internos como parte do sistema de controles da empresa e o controle de riscos no processo decisório. Foram ainda acompanhados os processos de confecção do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelas Notas Explicativas. Com base neste trabalho e nos acompanhamentos e exames efetuados ao longo do exercício, considerando ainda o Relatório contendo a Opinião dos Auditores Independentes GF Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido em 28 de fevereiro de 2023, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Antonio Carlos Bonini Santos Pinto
Mário Alberto de Lima Reis Coutinho
Roberto Massayuki Hara

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas, conselheiros e administradores da

Cambuci S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cambuci S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cambuci S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria (PAA)

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre

essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

a) Reconhecimento das receitas de vendas de mercadorias (notas 6a e 29)

O processo de reconhecimento de receita da Companhia envolve o acompanhamento dos controles das mercadorias encomendadas pelos seus clientes, as quais são agrupadas pelos pedidos de venda, transportadas e entregues para diversas regiões do país. A Companhia controla o acompanhamento dos pedidos de vendas, os respectivos faturamentos e os despachos para as transportadoras, para registro contábil da receita de vendas de mercadorias, no correto período de competência.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos montantes envolvidos e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos eficazes para identificar e mensurar a receita de venda de mercadorias.

Resposta da auditoria ao assunto

As evidências de auditoria consideradas apropriadas e suficientes foram obtidas por meio de uma combinação de testes de controles e testes de transações, cujos principais estão detalhados a seguir: (i) testamos a efetividade dos controles-chave implementados pela Companhia para a determinação do momento adequado de reconhecimento de receita; (ii) selecionamos uma amostra de transações de venda e inspecionamos a documentação de entrega das mercadorias vendidas e documentação suporte que evidencia que a transação de venda ocorreu; (iii) selecionamos, em base amostral, transações de vendas ocorridas antes e depois da data de encerramento do exercício, de maneira a observar se a receita foi reconhecida na competência correta; (iv) confrontamos, em base amostral, as vendas registradas contabilmente com os correspondentes livros fiscais; (v) envio de cartas de confirmação externa para uma amostra de clientes e testes documentais realizados para os saldos onde as respostas não foram recebidas e a verificação da liquidação subsequente; (vi) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia em relação a esse assunto.

Consideramos que os critérios adotados pela administração para o reconhecimento da receita no correto período de competência, são apropriados em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

b) Incentivos Fiscais - Subvenção para Investimentos (nota 30)

A Companhia é beneficiária de incentivos relativos ao Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), sobre suas atividades localizadas nos estados da Paraíba e da Bahia. Esses incentivos são decorrentes da apuração dos créditos presumidos de ICMS, apurados pelas fábricas da Companhia localizadas nas cidades de Bayeux, Itajá e Itabuna e representam uma parcela significativa das receitas líquidas da Companhia. O seu reconhecimento decorre do cumprimento das condições estabelecidas nos respectivos convênios, dentre elas, a ampliação das unidades fabris, produção e geração de empregos.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria, em virtude da relevância dos valores dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado, de R\$ 32.157 mil, quando comparado com o resultado das operações da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Com o apoio de especialistas da área tributária, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e a análise da documentação, para cumprimento das condições dos referidos incentivos fiscais, os testes de recálculo para apuração dos respectivos valores dos benefícios, bem como o confronto das receitas reconhecidas nas rubricas contábeis com os respectivos controles e relatórios auxiliares.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos aceitáveis as políticas para reconhecimento e mensuração da Subvenção para Investimento, para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (notas 6m e 12)

A Companhia (controladora) reconheceu imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, cujo saldo em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 17.048 mil. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão em que haja lucro tributável futuro.

Esse assunto foi considerado um dos principais



CAMPUCISA
75 ANOS
PRODUZINDO
SONHOS
E HISTÓRIAS.



PENALTY
50 ANOS
TRADIÇÃO E
PIONEIRISMO
NO ESPORTE.

→★ continuação

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a análise das projeções de lucros futuros e das avaliações econômico-financeiras que fundamentaram as premissas de crescimento e de rentabilidade da Companhia, avaliando se o estudo fora elaborado de forma consistente com as práticas de avaliação normalmente utilizadas e se as premissas utilizadas no estudo estão condizentes com os resultados e com as atividades operacionais da Companhia.

Adicionalmente, avaliamos a natureza das diferenças temporárias, bem como a base do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social que foram utilizados na constituição dos tributos diferidos ativos e comparamos o resultado esperado do lucro tributável com o limite do valor a ser registrado e as divulgações efetuadas nas notas explicativas. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os tributos diferidos ativos registrados e divulgados são apropriados no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

d) Emissão de debêntures (nota 21)

Em 18 de fevereiro de 2022 a Companhia emitiu debêntures não conversíveis em ações, no valor nominal de R\$ 50.000 mil, correspondentes a 50.000 debêntures em série única, cujo saldo individual e consolidado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 52.399 mil. Sobre essas debêntures é exigido o cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais são baseadas, principalmente, em índice de dívida líquida/EBITDA, além de cessão e manutenção de recebíveis junto ao agente fiduciário. O descumprimento de qualquer um desses covenants contido no instrumento particular das debêntures pode resultar na antecipação dos vencimentos dessas obrigações, o que obrigaria a Companhia a pagar de imediato todos os valores em aberto, podendo impactar de forma significativa sua posição patrimonial, financeira e de liquidez. Consideramos esse assunto relevante para nossa auditoria devido ao montante envolvido e a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos eficazes para monitorar esta operação, e, principalmente, o cumprimento de todas as cláusulas restritivas.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) leitura e entendimento detalhado dos termos contidos no instrumento particular das debêntures e demais documentos relacionados; (ii) exames documentais envolvendo as movimentações financeiras ocorridas no exercício; (iii) revisão da atualização financeira e saldos reconhecidos das debêntures; (iv) verificação do cumprimento das cláusulas restritivas; (v) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas. Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que as práticas para reconhecimento e mensuração das debêntures, assim como as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

e) Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais (notas 6q e 26)

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversos processos de natureza tributária, cível e trabalhista decorrentes do curso normal dos negócios. As estimativas de perda são avaliadas periodicamente pela administração, que levam em consideração a opinião dos assessores jurídicos internos e externos que patrocinam as causas. A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a avaliação da existência de obrigação presente e das probabilidades de desembolso, exigem julgamento significativo da Companhia. Uma vez que provisões para demandas judiciais envolvem julgamento da administração, ainda que com apoio de assessores jurídicos, consideramos este tema um dos principais assuntos de auditoria, também levando em consideração o volume dos processos existentes e a relevância dos valores envolvidos. Mudanças nos prognósticos e/ou julgamentos críticos da administração sobre as probabilidades de êxito podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia e suas controladas para a classificação de perdas, incluindo a avaliação do julgamento sobre a mensuração dos montantes a serem registrados como provisão para demandas judiciais; (ii) confirmações junto aos assessores jurídicos externos da Companhia e de suas controladas, contemplando os prognósticos de perda para a totalidade dos processos em aberto e comparação dessas respostas

com as estimativas da administração; (iii) avaliação da razoabilidade das estimativas da administração e de seus assessores jurídicos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável, e; (iv) revisão das divulgações efetuadas pela Companhia em notas explicativas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que os critérios e premissas adotados para a determinação da probabilidade de perda associada às causas, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria.

Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, SP, 28 de fevereiro de 2023



GF Auditores Independentes
CRC - 2SP 025248/O-6

Marco Antonio Gouvêa de Azevedo
Contador - CRC 1SP 216678/O-6



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>